



Joaquim Barbosa: A construção de um herói brasileiro¹

Alexandre Scheibel²

Hideide Brito Torres³

Universidade Federal de Viçosa, MG, Viçosa

RESUMO: O artigo tem o objetivo de estudar a construção da imagem de herói nacional do então atual presidente do STF, o ministro Joaquim Barbosa, e investigar se a mídia teve papel decisivo para sua elevação a super-herói – a partir, particularmente, do julgamento do caso conhecido como mensalão, no qual o ministro se tornou um ícone após votar pela condenação dos réus – propositadamente ou não, e se teve, quais foram as estratégias utilizadas por ela para conseguir tal feito.

PALAVRAS-CHAVE: Construção imagética; Herói nacional; Identidades; Mídia

Introdução

De tempos em tempos na história dos povos, surgem pessoas que personificam os anseios e discursos nacionais, particularmente em momentos decisivos. São os “heróis”. E no contexto da pós-modernidade, mesmo com todas as mudanças na noção de identidade e do sujeito, essa figura persiste, ainda que sob novas roupagens.

Uma das formas de sua construção é a linguagem, como uma das maneiras que o ser humano utiliza para explicar seu mundo e para lidar com as mudanças que nele ocorrem constantemente. De fato, a linguagem não apenas permite a comunicação entre os seres, mas também é constituinte dos mesmos. E uma das linguagens mais influentes que existem, particularmente a partir do contexto da Modernidade, é a linguagem jornalística. Em qualquer dos meios de comunicação que se tenha estabelecido, o jornalismo encontra seu espaço para surgimento e proliferação.

Neste artigo, pretendemos estudar a figura do ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal e verificar uma possível articulação entre as noções de identidade, de herói e das agendas da mídia e do público para a geração de uma imagem de herói segundo a qual ele tem sido recorrentemente visto. Para tanto, iniciaremos com uma discussão acerca da identidade, percorreremos brevemente a trajetória pessoal do ministro, levantaremos alguns breves espaços de construção de sua imagem em veículos de comunicação e redes sociais e teceremos algumas considerações sobre o papel do

¹ Trabalho apresentado no IJ 08 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Estudante do 6º período de Jornalismo da UFV, email : alexandre.scheibel@ufv.br

³ Mestre em Comunicação Social pela UFJF, graduada em Comunicação pela Umesp, professora do curso de Jornalismo da UFV. E-mail: hideide@gmail.com.



herói no contexto das identidades nacionais brasileiras e o espaço nelas ocupado por Barbosa.

Identidade

Quando uma criança nasce, ela é inserida em um sistema de convivência ou uma nação, dentro dos quais herda a língua, tradições e costumes, religião, entre outros aspectos, incluídos no conjunto de signos e significados que advêm da sociedade em que vive. É algo que não é passado pelo DNA, mas sim no dia-a-dia, construído de maneira gradual, ao decorrer de anos. Segundo Hall, esse processo é contínuo:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre, "sendo formada". As partes "femininas" do eu masculino, por exemplo, que são negadas permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado de plenitude. (HALL, 1992, p. 10)

Ter uma identidade é algo vital para uma vida em sociedade – no sentido sociológico – como indivíduo que se sinta incluído e veja os demais como “familiares” ou desenvolva o senso de pertencimento a um grupo ou tradição – mesmo ele sendo um “autônomo”.

A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo - conto um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (SCRUTON, 1986, p. 156 apud HALL, 1992).

Stuart Hall diz que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*.” Ele usa a citação de Schwarz (1986) sobre os ingleses para exemplificar. Segundo ele, só se é



capaz de saber o significado de inglês:

devido ao modo como a ‘inglesidade’ (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadão/ãs legais de uma nação; elas participam da *ideia* da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade (SCHWARZ, 1986, p. 106 apud HALL, 1992, p. 13).

A identidade e a cultura nacionais, imbuídas desse senso de lealdade, podem convergir na figura de determinados indivíduos que, num dado momento histórico, podem ser vistos como pivôs dos chamados “valores nacionais”. Potencializados pela mídia, esses sujeitos se tornam vistos, admirados e, de certo modo, venerados, seja em vida, por determinados acontecimentos que os enlevam, ou ainda após a morte, particularmente quando esta acontece cercada por alguma tragédia improvável. Conforme afirma Luis Cunha,

Compreende-se então que a sua visibilidade ou desvanecimento seja fruto da circunstância histórica, o que significa dizer que se constrói socialmente a adequação de determinado *modelo* de herói à especificidade das *representações sociais* dominantes. Na verdade, o herói nacional não é jamais uma entidade acabada mas sim uma realidade em permanente construção, quer dizer, uma figura suficientemente maleável para poder ser ajustada a novas necessidades e justificações. Esta fluidez na composição do herói e na interpretação dos seus actos faz de uma eventual história da heroicidade um projecto dinâmico de descodificação do modo como foi sendo feita a projecção de *valores úteis* e de *crenças ajustadas* a cada momento histórico. Por isso devem os heróis ser tomados como exemplo tanto pelos homens públicos como pelos homens comuns do tempo histórico que os recupera e reinventa. Emanação das crenças e convicções dominantes, daquelas que se supõe serem partilhadas por toda a nação, o herói nacional é evocado no quadro de legitimação, quer dizer da naturalização, de discursos políticos específicos. (CUNHA, 1995, p. 1).

Desta forma, vemos que quando esse determinado indivíduo se encaixa no “modelo” da representação social vigente na sociedade e seu discurso e postura podem ser entendidos como partilháveis por toda a nação, está aberta uma possibilidade para o surgimento do herói nacional. De várias formas, podemos assumir a construção imagética do ministro Joaquim Barbosa a partir deste viés de análise.

Joaquim Barbosa ficou famoso pela sua atuação no caso do mensalão, fama que ganhou não só pelos seus próprios méritos, mas também pela ampla identificação

recebida pelo público e promoção feita pela mídia. A partir daí, recebeu diversos convites para ser paraninfo e homenageado especial de formaturas em universidades federais, além de ter ganhado em vários sites que promoveram uma campanha fictícia sua para a corrida presidencial do ano de 2014.

Ter vindo de um berço pobre e ter tido uma vida muito difícil, com um ‘final feliz’ obtido através de muito trabalho, despertou a simpatia da massa que, por si só, é formada de tantos personagens com histórias de vida parecidas, mas que não tiveram esse mesmo final feliz. Essa identificação com a história de vida foi uma das razões para que fosse construída a imagem do mito nacional a partir de sua figura. Um exemplo disso pode ser visto nas capas da revista *Veja* e *Época*, publicadas no segundo semestre de 2012. A primeira enfatiza suas origens pobres e negras, estabelecendo uma identificação com a maioria da população a partir da superação das condições adversas



Figura 1



Figura 2

de vida. A segunda exalta sua coragem para enfrentar um político poderoso e condená-lo, usando uma imagem de superioridade que ainda contrasta o negro e o branco, agora submisso (vide figuras 1 e 2).



Figura 3: Imagem divulgada no facebook

A outra razão são as atitudes do próprio ministro do supremo. Sem entrar em méritos, ele condenou os réus do caso do mensalão, num contexto de desconfiança quanto aos poderes constituídos e de uma sensação de impunidade vigente no país. Com tais posturas, de alguma forma, ele saciou o desejo de "justiça" de muitos. Essas atitudes foram amplamente cobertas pela imprensa – televisão, jornais, revistas, internet, entre outros, que fartou sua programação com informações mais variadas e detalhadas do caso. Nas redes sociais, os



comentários proliferavam e novas identificações foram geradas, até mesmo com heróis ficticionais, como Batman, conforme a imagem divulgada via facebook (*Figura 3*). Essa superexposição é outro agravante para a análise da fama do nosso objeto de estudo.

Agenda-setting, agenda da mídia e a agenda do público

O que tem mais relevância para ser informado? Por quê? Essas são perguntas que a mídia se faz todos os dias, afinal, são tais questões que definem as pautas e qual a ordem delas em seus respectivos meios de imprensa.

Segundo McCombs, trata-se do conceito de *Agenda-setting*, no qual a mídia seleciona assuntos específicos e dá a eles a importância que julga ser referente a cada fato. Azevedo concorda e reforça esse conceito dizendo que

A mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros, define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia. (...) ‘ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, (a mídia) constrói atributos positivos ou negativos) sobre esses objetos’, o que cria ‘uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (issues) importantes num determinado período de tempo’. (AZEVEDO, 2004, p. 52).

Para a elaboração da *agenda-setting*, os meios de comunicação não escolhem os assuntos de maneira aleatória. Eles também consultam, assim pode ser dito, o público para defini-la, o que Azevedo conclui como um equilíbrio entre a “agenda da mídia” e a “agenda do público”. Para preencher a agenda do público, há três etapas, segundo ele:

A primeira é a agenda intrapessoal, formada pela percepção dos temas atuais e o grau de relevância destes temas pelo indivíduo (*individual issue salience*). A segunda é a que se manifesta nas relações interpessoais através da atividade dialógica e se refere aos temas que os indivíduos acreditam ser de maior interesse para os outros (*perceived issue salience*). Finalmente, o terceiro tipo é a agenda pública, que se manifesta através dos diversos estados da opinião pública (*community issue salience*). O processo de estabelecimento da agenda do público envolve, comumente, a articulação entre estas três dimensões, ou seja, a aferição sobre o que as pessoas pensam (intrapessoal), sobre o que falam (interpessoal) ou pensam que os outros falam (percepção dos temas coletivos). Uma vez definida a agenda da mídia e a agenda do público, elas devem ser confrontadas para que sejam estabelecidas as possíveis relações entre elas. (AZEVEDO, 2004, p. 53-54)



Para o confronto das agendas, novamente há três modelos estabelecidos e para que através deles seja definido o que será publicado/divulgado ou não nos meios e qual a sua ordem de relevância, enquadramento ou destaque:

Uma vez definida a agenda da mídia e a agenda do público, elas devem ser confrontadas para que sejam estabelecidas as possíveis relações entre elas. De acordo com Saperas (1992, p. 67), citando William DeGeorge (1981), esta relação pode ser realizada a partir de três modelos distintos, mas não necessariamente excludentes. O mais simples deles é o modelo de conhecimento (*awareness model*), o qual pressupõe que a audiência só conhece os temas publicados ou veiculados diariamente pelos meios de comunicação de massa, implicando, assim, o reconhecimento de que os temas só ganham visibilidade pública quando expostos pela mídia. O segundo modelo (*priorities model*) considera que a ordem de prioridades temáticas estabelecida pela mídia determina a percepção e a hierarquia das questões públicas pelo público. Este modelo vai mais além do que o anterior, na medida que, além da correspondência entre as agendas, é necessário também correlacionar as prioridades da mídia e do público. O último modelo, que concilia os dois primeiros, é o de proeminência (*salience model*). Ele tem como ponto de partida a suposição de que a percepção do público varia de acordo com a visibilidade dos temas e a importância que eles recebem da mídia, num determinado período de tempo. (AZEVEDO, 2004, p. 54)

Ao observar a construção imagética de Joaquim Barbosa, podemos nos perguntar: de que modos as agendas da mídia e do público foram se convergindo para dar-lhe não somente a visibilidade que adquiriu numa função que nem sempre foi de interesse público (pode-se facilmente indagar às pessoas quais os nomes dos outros ministros e perceber o conhecimento limitado do público sobre o Supremo ou suas atribuições), mas também atribuir-lhe, em alguns momentos, a alcunha de herói nacional e de salvador da pátria?

A trajetória pessoal de Joaquim Barbosa

Joaquim Benedito Barbosa Gomes nasceu na cidade mineira de Paracatu, situada no noroeste do estado, no dia 7 de outubro de 1954. Filho de pedreiro e dona de casa, passou a ser o homem da casa depois que seus pais se separaram, visto que ele era o primogênito de oito filhos. Com 16 anos, mudou-se sozinho para Brasília, onde arranhou emprego de faxineiro, fazendo a limpeza dos banheiros do TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Depois arranhou outro, na parte gráfica do Correio Brasiliense, e continuou seus estudos, terminando seu segundo grau na rede pública de ensino. Ingressou no curso de direito da Universidade de Brasília (UnB) onde se formou em 1979, logo em



seguida fez mestrado em Direito do Estado.

Prestou concurso público e foi aprovado para procurador da República, cargo do qual licenciou-se e foi fazer mestrado e doutorado, ambos em Direito Público, pela Universidade de Paris-II (Panthéon-Assas) na França nos anos de 1990 a 1993. Retornou ao cargo de procurador no Rio de Janeiro e foi professor concursado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É poliglota, sendo fluente em francês, inglês, alemão e espanhol.

Em 2003, após indicação do Presidente Lula, Joaquim Barbosa se tornou o primeiro ministro reconhecidamente negro do STF, uma vez que anteriormente já compuseram a Corte um mulato escuro, Hermenegildo de Barros, e um mulato claro, Pedro Lessa.

É o único ministro abertamente favorável à legalização do aborto e da liberação das células-tronco para fins de pesquisa. Opõe-se ao foro privilegiado para autoridades. Em junho de 2011, Joaquim Barbosa foi contra a extradição do italiano Cesare Battisti, acusado de quatro mortes na Itália quando integrava o PAC - Proletários Armados pelo Comunismo, nos anos 70.

Tomou posse como vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral no dia 6 de maio de 2008, sendo o presidente o Ministro Carlos Ayres Britto. Em 17 de novembro de 2009, o ministro Joaquim Barbosa, em virtude de problemas de saúde, anunciou sua renúncia ao Tribunal Superior Eleitoral, do qual seria presidente a partir de abril de 2010. O ministro foi eleito presidente do STF no dia 10 de outubro de 2012, sendo novamente o primeiro presidente negro da Corte Suprema. A eleição ocorreu por voto secreto, antes do julgamento do mensalão.

Barbosa também foi relator do processo do mensalão tucano, no qual um dos fundadores do PSDB, o atual deputado Eduardo Azeredo (PSDB- MG), contra quem o Ministério Público Federal apresentara denúncias de crimes de peculato (desvio de dinheiro público) e lavagem de dinheiro, que teriam sido cometidos em 1998 quando Azeredo fora governador de Minas Gerais. Seu extenso e detalhado voto, que aceitava as denúncias e levava Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao banco dos réus, foi acolhido pela maioria do plenário, sagrando-se vitorioso por cinco votos contra três.

Foi de sua iniciativa a abertura de processo contra o deputado Ronaldo Cunha Lima, decisão considerada histórica, pois foi a primeira vez em que o STF abriu processo contra um parlamentar. No dia seguinte, Cunha Lima renunciou ao mandato para escapar do processo, o que provocou duras críticas por parte do ministro.



Mas o momento maior ocorreu em 2012, quando concluiu, como relator, o julgamento do mensalão. O caso, que se iniciou após ele assumir em 2006 a relatoria da denúncia contra os acusados do mensalão, feita pelo Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, teve seu primeiro julgamento no dia 2 de agosto de 2012 e terminou, após 53 sessões, quatro meses depois, no dia 17 de dezembro, com 25 condenações. Entre os condenados, estavam Marcos Valério, operador do esquema do mensalão; José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil e José Genoíno, ex-presidente do PT, atualmente deputado federal pelo estado de São Paulo e que integra a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, vista por muitos com a mais importante comissão da Casa. Doze suspeitos acusados foram absolvidos e um deles ainda será julgado em primeira instância.

A agenda da mídia e o mito do herói

A palavra herói é dotada de diversos significados. Na Grécia antiga, se acreditava que os heróis eram descendentes de divindades ou seres humanos da era pré-homérica –homens que depois de morrerem eram elevados a semideuses por atitudes de relevância à humanidade. Pessoas dotadas, assim podemos dizer, de superpoderes, não como os personagens fictícios que soltam fogo ou gelo, mas, um sim aumento potencial em atividades normais, “humanas”, como força, velocidade, ouvido apurado assim como a visão, e principalmente a coragem de arriscar para fazer algo pelo próximo ou para defender suas ideias.

Atualmente, as definições de herói variam muito, mas as atividades que o classificam como tal continuam quase idênticas, como confirma o dicionário Michaelis:

Homem que se distingue por coragem extraordinária na guerra ou diante de outro qualquer perigo, homem que suporta exemplarmente um destino incomum, como por exemplo, um extremo infortúnio ou sofrimento, ou que arrisca sua vida abnegadamente pelo seu dever ou pelo próximo, personagem preeminente ou central que, por sua parte admirável em uma ação ou evento notável, é considerada um modelo de nobreza. O que, por qualquer motivo, se distingue ou sobressai. Indivíduo que, em determinado momento, atrai a atenção pública. (Michaelis)

Todas elas são aceitas e, de certa forma, se complementam. O imaginário de herói, hoje, na verdade, sai da esfera fictícia ou da mera dimensão do poder. Sustenta a ideia da coragem: um homem que antes nunca poderia ser um herói, por não ser fisicamente compatível ou por não descender de um, hoje se torna essa figura pelo fato



de se arriscar para realizar o que deve ser feito ou então o que as pessoas acham que deve ser feito. E isso chama a atenção do público: a autodoação em favor de um ideal, independentemente das consequências.

De todas as definições acima, a que mais chama atenção, é a última: “Indivíduo que, em determinado momento, atrai a atenção pública” que vai ao encontro da citação de Matos (1994, p. 87): “Herói ou instituições heroicas são fonte de identificação imaginária ou, em outras palavras, de identidade coletiva”, ou seja, pessoas que despertam uma identificação de todos em determinado momento, como o nosso personagem em estudo.

Esse artifício para chamar a atenção é creditado em boa parte à mídia e à espetacularização promovidas por ela em casos específicos. Ela acaba “promovendo”, por quaisquer razões, os acontecimentos e personagens, seja pela TV, rádio, revistas, jornais ou internet, e, às vezes, independentemente da posição política de quem as dirige.

Campbell (1995, p. 36) diz que “o herói parte do mundo cotidiano e se aventura numa região de prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtém uma vitória decisiva; o herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes”. Como mencionado, o período em que ocorreu o julgamento do mensalão foi tomado por uma grande manifestação de indignações da sociedade quanto à sensação de impunidade existente no sistema político brasileiro. Joaquim Barbosa, com sua postura sisuda e discurso duro, fez convergir as esperanças da população de que algo pudesse ser feito de modo mais incisivo e punitivo. Assim, aos poucos, foi atraindo a atenção do público e fazendo com que a mídia cobrisse o caso de modo mais peculiar. Cunha afirma que os momentos de crise são oportunidades para o surgimento de heróis e para uma recontagem da história da nação:

(...) nas situações de crise, nos momentos onde as certezas cedem lugar à dúvida e ao temor, o apelo ao herói vai no sentido da reconciliação da nação com o seu passado. Da redescoberta do tempo primordial da sua fundação, justamente desse tempo em que a sua natureza se teria definido e cristalizado no que seria a sua ‘alma’ imperecível. Devemos portanto entender o herói no contexto de uma luta simbólica pela definição da “verdade que convém à nação” (Decreto nº 21103 de 7 de Abril de 1932, cit. in Medina, s.d.: 45-47). Ele é pois uma espécie de ‘bem raro’, por cuja apropriação pode passar a legitimação de um discurso de poder e, afinal, a legitimação da própria acção política. (Cunha, 2004, p. 2-3)

Para a ala da política brasileira de oposição ao governo, bem convinha a figura



de um juiz incorruptível e irado contra a impunidade, negro e lutador, de origem pobre, que rememora o mito do brasileiro trabalhador e honesto e arrasta uma série de fãs atrás de si. O juiz foi se constituindo como celebridade, sendo convidado para eventos e palestras e aparecendo regularmente nas capas de jornais, revistas e na internet. As suas posturas e falas foram usadas em diversas reportagens tanto na imprensa escrita quanto televisiva também para lançar dúvidas sobre o quanto a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula saberiam acerca do esquema do mensalão. A população era alimentada pela esperança de que um novo salvador da pátria poderia fazer uma limpeza nessa desordem de corrupção e impunidade, trazendo um “tempo de justiça e paz”. Interessante é destacar que estudos anteriores já haviam percebido esta mesma construção midiática durante o processo de eleição do presidente Lula:

a primeira “identidade” de Lula representada pelo jornal que pode ser facilmente percebida é aquela que confere ao novo presidente a *personificação do povo brasileiro*. E povo aqui entendido não como sendo toda a população do Brasil, mas *apenas aqueles advindos das classes “populares”, das camadas mais pobres da nação*. Várias matérias retratam o novo presidente como *aquele que saiu da pobreza e do trabalho como proletariado para chegar ao maior e mais importante cargo da nação*: presidente da República (HOLZBACH, 2006, p. 5, grifos nossos).

Vemos aqui que a construção do mito do herói a partir da perspectiva da superação é bastante presente no imaginário brasileiro. Está presente nas narrativas de diversas telenovelas e em obras da literatura nacional. Encontra repercussão constante em matérias jornalísticas, particularmente face a tragédias naturais ou eventos traumáticos. Mas também pode ser usada como ferramenta de persuasão político-ideológica. Quando o público começa a demandar informações sobre esses personagens, então a agenda da mídia pode se voltar a eles, alimentando esse fluxo com novas reviravoltas. Contudo, nesse processo, outras identidades podem ser apagadas, conforme o exemplo de Holzbach, ainda sobre Lula e a forma como aparecia no Jornal O Globo logo após sua primeira vitória e depois não mais:

Além da sua trajetória profissional dos últimos anos, Lula poderia ter sido qualificado como nordestino, pernambucano, ex-retirante, ex-torneiro mecânico, extintureiro, ex-metalúrgico etc. Mas a identidade mais forte que permaneceu foi a de (ex-) operário. Além de ser uma qualificação que mostra força física (afinal para ser operário, de acordo com o inconsciente coletivo, é preciso ser forte), o termo “ex-operário” mostra uma identidade de Lula que faz parte da maioria dos brasileiros, já que poucos são os donos de empresas e muitos são os operários que mantêm essas empresas. (HOLZBACH, 2006, p. 6)



No caso de Joaquim Barbosa, é significativa esta construção midiática que parte do mesmo princípio do que ocorreu com Lula, mas, por causa das características do ministro, consegue ir além, atingindo ainda uma maior perfeição. Tome-se o exemplo do editorial de Ruth de Aquino, redatora-chefe da revista *Época*, ainda em 21/09/2007:

Colocar no Planalto, pelo voto, *alguém com absoluta integridade, sem espírito corporativo nem vícios políticos* e aparentemente sem chance de se deslumbrar com o poder. *Um homem que, como nosso atual presidente, veio de baixo, mas domina vários idiomas, além do nosso, o português.* O presidente do Supremo, mineiro discreto, informal e refinado, mistura gostos populares a clássicos e é um cidadão do mundo. *Joaquim Barbosa dificilmente cometeria gafes em viagens presidenciais.* O ministro joga muito bem como meia-atacante, mas é improvável que recorresse a comparações futebolísticas para explicar um raciocínio. *Ninguém ouviria Joaquim Barbosa deblaterar contra a elite intelectual. Ele é parte dela.* Fez doutorado na França e escreveu livro em francês, depois de estudar Direito nos Estados Unidos. Caso esse exercício de fantasia se tornasse verdade, *um ex-faxineiro culto substituiria um ex-torneiro mecânico que não estudou.* O Brasil fez história elegendo um operário para presidente. Com Joaquim Barbosa, *teria seu primeiro presidente negro, que chegou aonde chegou sem o privilégio de nenhuma cota racial.* O ministro costuma dizer: “Sempre tive um norte: preciso estudar”. Eis aí um recado bem claro de qual seria a prioridade de Joaquim Barbosa presidente. (AQUINO, 2007, grifos nossos).

Ruth Aquino faz neste texto uma importante construção imagética que aparece em outras reportagens acerca de Joaquim Barbosa e seu potencial presidencial, como se como presidente ele pudesse, de fato, fazer a diferença. Todo o texto da redatora é uma exaltação do fato que Joaquim Barbosa traz em si todo o mito de superação do negro pobre que estudou e que agora é também parte da elite, estudado e culto. Observe as frases grifadas, que apontam a superioridade do novo herói que surge. Deste modo, ele consegue ser a síntese perfeita do que de melhor haveria para representar este novo povo brasileiro que surge a partir do plano real e de um novo momento de desenvolvimento.

Hall (2002), ao falar de nação, a apresenta como uma forma de representação simbólica que constrói identidades, como mencionamos. Para tanto, histórias, memórias e imagens de determinados lugares vão sendo coletadas, contadas e construídas, de modo que uma identidade acaba sendo gerada e representando aquela cultura. Mesmo que consideremos os diversos estereótipos que circulam dentro desta representação apresentada como “nacional”, ela é tecida como um discurso único que faz sentido. São modelos para as experiências de vida e de comportamentos da coletividade. E o povo



brasileiro pode ser aquele que “adora samba e futebol, não tem muita instrução, gosta de comidas típicas e fortes como feijoada, ouve música brasileira e não tem muito dinheiro, entre outras características” (HOLZBACH, 2006, p. 7), mas que também tem certa baixa estima e pretensões de deixar para trás seu passado de pobreza, querendo apresentar-se como sofisticado para o mundo. E o ministro responde, com sua história pessoal de vida, a esse anseio, fato que não passa despercebido à mídia, que o projeta como bem-sucedido, polido e educado.

Considerações Finais

Nos últimos meses de 2012 e início de 2013, o próprio Joaquim Barbosa vem desconstruindo um pouco sua imagem de herói, enquanto pipocam informações sobre uma custosa reforma do STF, bem como surgem algumas declarações polêmicas de sua parte e as primeiras rugas públicas com outros setores da política brasileira. Mesmo assim, seu potencial imagético persiste. Ele dá voz audível e ouvida aos clamores da sociedade, como quando concedeu uma entrevista a correspondentes internacionais:

(...) Mas há também uma falta de vontade, em muitos casos. Há falta de vontade, há medo do juiz. Ele deixa aquilo ali, deixa correr em muitos casos. A causa sistêmica: nosso sistema penal é um sistema muito frouxo. É um sistema totalmente pró-réu, pró-criminalidade.

Em algumas de suas entrevistas, ele afirma que conseguiu vencer sem necessitar das cotas raciais, numa reafirmação tanto de superação quanto de superioridade. Esconde certa arrogância sob o manto da difícil vitória pessoal. Trata com certo desdém os que o criticam e apresenta-se mesmo como imune às queixas contra ele por parte de outros magistrados melindrados. Sua figura, estampada na mídia, é altiva e intrigante, ainda mais quando utilizando as ritualísticas vestimentas do Supremo Tribunal Federal. Do ponto de vista imagético, é imbatível, quase impossível não vê-lo, de fato, como herói. Além disso, sua postura nos faz perceber que ele se imbuíu de alguma missão especial nesta tarefa e, neste sentido, concorda com Pena, que afirma:

O herói acredita que tem uma missão a cumprir. Ele deve domar o cotidiano e viver na esfera do extraordinário. Deve entregar-se ao seu propósito e ao seu destino glorificado, que será construído única e exclusivamente por ele mesmo, já que ele é o senhor dos seus atos (PENA, 2004, p. 34)

Podemos perceber, ao longo deste artigo, que o indivíduo que possui certas qualidades, esperadas e tecidas na tradição identitária e discursiva de um povo quanto a



seus mais altos valores, pode ter sua imagem transformada na de um herói, tanto pela agenda da mídia quanto pela agenda pelo público e que a convergência de ambas possibilita tanto a ascensão quanto a queda deste herói. Ainda não é possível saber de que forma essa identidade do herói atrelada à figura do ministro subsistirá, pois ele é muito mais do que sua face pública, que é o que temos na mídia. Cabe o alerta final de Holzbach:

(...) o que é divulgado por meio dos media carrega uma significativa relação com o real e, mais do que isso, o modo como a informação é passada adquire tanta força que acaba por se tornar uma ‘premissa’, ou seja, algo que não mais precisa ser contestado, tido como verdade absoluta. Assim, na medida em que o jornal constrói várias identidades relacionadas à personagem (...) através das matérias, as informações acabam virando um retrato do que é verdadeiro. (HOLZBACH, 2006, p.18)

A força desse discurso jornalístico, somada e direcionada às aspirações populares por um herói libertador, sempre presente ao longo da história e agudizada em momentos de crise, é muito grande e acaba definindo a identidade de pessoas como o ministro Joaquim Barbosa, mesmo que não corresponda à totalidade do que ele realmente seja. Desta forma, talvez não seja possível reconhecer ou conhecer o herói, mas apenas as lendas acerca dele. Apesar de elas não serem pouca coisa em termos de poder discursivo, podem não corresponder, de fato, à realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras completas

AZEVEDO, Fernando Antonio. Agendamento da política. In: **Comunicação e políticas: conceitos e abordagens**. Salvador: Editora da UFBA, Salvador, 2004. p.41 – 71

CAMPBELL, Joseph. O herói de mil faces. 4. ed. São Paulo: Pensamento, 1995.

DICIONÁRIO MICHAELIS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Versão online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=her%F3i>. Acesso em 09 maio 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

MATOS, Olgária Chain Féres. Construção e desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **6**(1-2): 1994; (editado em jun. 1995), p. 83-90.

PENA, Felipe. **Teoria da Biografia sem fim**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004



Artigos

AQUINO, Ruth. **Joaquim Barbosa para presidente?** Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG79230-9554-488,00.html>, acesso em 08 maio 2013.

CUNHA, Luis. Entre ideologia e propaganda : a construção do herói nacional. In: **Jornadas Interdisciplinares Poder e Sociedade**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6133>, acesso em 08, maio, 2013

HOLZBACH, Ariane Diniz. Identidades que não existem mais: Lula como representante do povo, herói super star e outras imagens no Dia da Posse pelas páginas de O Globo. In: **I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006, p. 1-18. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2010/11/Holzbach_2006.pdf, acesso em 08 maio 2013.

Sites:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Barbosa

<http://diariodeararuna.com.br/noticia/4137/conheca-a-vida-de-joaquim-barbosa-atualmente-a-maior-esperanca-dos-brasileiros.html>

<http://www.ocafezinho.com/2013/03/04/entrevista-de-joaquim-barbosa-a-correspondentes-integra/>